



CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Boletim Informativo

Setembro de 2015

Presenças:

Presidente

Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal

Vogais

- Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Maria Raquel Ribeiro Pereira Desterro Almeida Ferreira, Euclides José Dâmaso Simões e Alcides Manuel Rodrigues;
- Procuradores da República Dr. João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma e Dr.ª Ana Cristina dos Santos Silva Ermida;
- Procuradores-Adjuntos, Drs. Sandra Elisabete Milheirão Alcaide, Jorge Manuel Alves de Oliveira (Membro permanente), Sofia Margarida Correia Gaspar;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Alfredo José Leal Castanheira Neves, José Manuel Vieira Conde Rodrigues e Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias;
- Membros eleitos pela Assembleia da República, Drs. Alfredo José Leal Castanheira Neves, Nuno Miguel da Silva Soares de Oliveira, José Manuel Vieira Conde Rodrigues e Professora Doutora Cristina Manuela Araújo Dias;
- Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça, Dr. António José Barradas Leitão (Membro permanente).

Secretário

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira .

Boletim Informativo
N.º 19/2015

REUNIÃO:

• **Plenário de
08/09/2015**

SUMÁRIO: (Pág)

<i>Ponto antes da ordem do dia</i>	2
Actas	2
Licenças sem remuneração / Comissões de serviço / Destacamentos	2
Pareceres	4
Movimento	4
Lista de Antiguidade	5
Inspecções (reclamações)	5
Recursos	5

Ponto antes da ordem do dia

Antes da ordem do dia, usou da palavra a Senhora Procuradora-Geral da República, Dra. Maria Joana Raposo Marques Vidal, que informou o Conselho da proposta apresentada pelos Senhores Inspectores do Ministério Público relativa à organização dos serviços de inspeção, no sentido da distribuição de processos de natureza disciplinar ser feita por todos os inspectores.

Após debate, o Conselho deliberou, por unanimidade, manter a organização dos serviços de inspeção de acordo com a deliberação de 28 de Janeiro de 2014, com a possibilidade de ser adstrito à área disciplinar um terceiro inspector.

Ainda em período antes da ordem do dia, a Senhora Conselheira Procuradora-Geral da República propôs ao Conselho a nomeação do Procurador-Geral Adjunto, Lic. Amadeu Francisco Ribeiro Guerra, para integrar o Conselho de Prevenção da Corrupção, pelo período de quatro anos.

Após debate, o Conselho deliberou, por unanimidade, a nomeação proposta.

ACTAS

1. O Conselho procedeu à aprovação da acta da reunião de Plenário realizada em 14 de Julho de 2015.

LICENÇAS SEM REMUNERAÇÃO/COMISSÕES DE SERVIÇO/DESTACAMENTOS

2. Proposta de renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. Artur Costa Barros, vem exercendo no Supremo Tribunal Administrativo.
O Conselho aprovou, por unanimidade, a renovação da comissão de serviço.
3. Proposta de renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. Carlos Sampaio Barbosa, vem exercendo como Inspector do Ministério Público.
O Conselho aprovou, por unanimidade, a renovação da comissão de serviço.
4. Proposta de renovação da comissão de serviço que o Procurador-Geral Adjunto, Lic. António Vasco Guimarães, vem exercendo como Director do Departamento de Investigação e Acção Penal do Porto.
O Conselho aprovou, por unanimidade, a renovação da comissão de serviço.

5. Pedido de autorização para a renovação das comissões de serviço como docentes a tempo integral no Centro de Estudos Judiciários (artigos 80.º e 81.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro) dos seguintes magistrados do Ministério Público:

- Sérgio Manuel Valadas Silva Pena, Procurador da República;
- Ana Catarina Mota Fernandes, Procuradora da República;
- Lucília Maria das Neves Franco Morgadinho Gago, Procuradora-Geral Adjunta;
- Ana Maria Carvalho Massena Carreiro, Procuradora da República; e
- Viriato Gonçalves Reis, Procurador da República.

O Conselho aprovou a autorização para a renovação das comissões de serviço.

Absteve-se o Senhor Dr. Alfredo Castanheira Neves, pelas razões que constam do voto que lavrou.

6. Indicação dos Procuradores-Gerais Adjuntos jubilados, Lics. Gil Félix da Rocha Almeida, José de Azevedo Maia e Francisco Teodósio Jacinto, para integrarem a lista de árbitros presidentes na resolução (extrajudicial) de conflitos laborais.

O Conselho aprovou, por unanimidade, a indicação proposta.

7. Proposta de nomeação de Procuradores da República com funções de coordenação sectorial na comarca de Setúbal.

O Conselho aprovou, por unanimidade, a nomeação da Procuradora da República, Lic. Maria da Graça Mendes Fernandes para a área de Família e Menores e do Procurador da República, Lic. Mário Fernando Gonçalves Lisboa, para a área laboral.

8. Proposta de nomeação de Procuradora da República com funções de coordenação do DIAP de Leiria.

O Conselho nomeou, após votação entre três nomes propostos, a Procuradora da República, Lic. Ana Margarida Nunes Simões, para exercer estas funções.

9. Requerimento apresentado pelo Inspector do Ministério Público, Lic. Jorge Manuel Almeida dos Reis Bravo, solicitando autorização para integrar a Comissão de Ética para a Saúde do Hospital de Braga.

O Conselho deliberou, por unanimidade, autorizar o solicitado.

PARECERES

10. Parecer do Conselho Superior do Ministério Público sobre o Projecto de Protocolo de Cooperação entre o Ministério da Justiça do Governo da República Portuguesa e o Ministério da Justiça do Governo da República Democrática de Timor-Leste na área da Justiça.

O Conselho deliberou, por unanimidade, aprovar este parecer.

MOVIMENTO

11. Reclamação do Movimento Extraordinário de Magistrados do Ministério Público apresentada pelo procurador-adjunto, Lic. João Guerreiro Alves de Simas Santos.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação apresentada.

Abstiveram-se os Senhores Drs. Raquel Desterro, João Palma, Cristina Ermida, Sandra Alcaide e Sofia Gaspar.

12. Reclamação do Movimento Extraordinário de Magistrados do Ministério Público apresentada pelo procurador-adjunto, Lic. Ricardo Jorge Soares Barbosa dos Santos Azevedo.

O Conselho deliberou, por unanimidade, não conhecer a reclamação apresentada por entender que a mesma foi já decidida e mantida inalterada na sessão do Plenário de 30 de Junho de 2015.

13. Pedido de permuta apresentado pelos procuradores da República, Lic. Ana Sofia Ramos Salgado Gomes Pita Bento (Lisboa Norte – Vila Franca de Xira – Cível) e Lic. Jaime Manuel Nunes Olivença (Lisboa – Cível) - **ratificação**.

O Conselho deliberou, por unanimidade, ratificar a autorização de permuta.

14. Pedido de destacamento apresentado pelo procurador-adjunto colocado na comarca da Madeira – DIAP do Funchal, Lic. Bruno André Pereira Castro.

O Conselho deliberou indeferir o pedido de destacamento apresentado, por unanimidade.

LISTA DE ANTIGUIDADE

15. Reclamação da Lista de Antiguidade, reportada a 31 de Dezembro de 2014, apresentada pela Procuradora-Geral Adjunta, Lic. Leonor do Rosário Mesquita Furtado.

O Conselho deliberou, por unanimidade, desatender a reclamação apresentada.

Mais foi deliberado que na própria lista de antiguidade passe a constar a clarificação de que a posição na categoria de Procurador-Geral Adjunto do Doutor Paulo Dá Mesquita se mantém enquanto se mantiver o exercício das funções de membro do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República.

LISTA DE ANTIGUIDADE

INSPECÇÕES (RECLAMAÇÕES)

16. Reclamação apresentada por Procurador-Adjunto, do acórdão da 2.ª Secção para Apreciação do Mérito Profissional, de 28 de Abril de 2015, que lhe atribuiu a classificação de “Bom”.

O Conselho deliberou indeferir a reclamação apresentada, mantendo a classificação de “Bom” atribuída.

Os Drs. Sofia Gaspar e Conde Rodrigues abstiveram-se..

Os Drs. João Palma, Cristina Ermida e Sandra Alcaide votaram contra, tendo apresentado declarações de voto.

INSPECÇÕES (RECLAMAÇÕES)

RECURSOS

17. Recurso interposto pelo Centro Hospital Lisboa Norte do despacho do Senhor Procurador da República Coordenador dos Serviços do Ministério Público junto da Instância Central do Trabalho da Comarca de Lisboa.

O Conselho deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso, por não se tratar de acto de natureza administrativa cuja competência seja do Conselho.

18. Proposta de nomeação de procuradora da República com funções de coordenação do DIAP de Braga.

O Conselho nomeou, após votação dos três nomes propostos, o Procurador da República, Lic. João José Couto Pinto Bronze, para exercer as funções de coordenação do DIAP de Braga.

RECURSOS)